

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 2.313, DE 2025

Dispõe sobre a responsabilização civil e penal de genitores ou pais adotivos que abandonem cônjuges ou filhos em razão de diagnóstico de deficiência, transtorno do neurodesenvolvimento ou câncer, e dá outras providências

Autora: Deputada CARLA DICKSON

Relatora: Deputada CLARISSA TÉRCIO

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe tipifica o abandono do lar ou a cessação injustificada do dever de cuidado e de apoio afetivo ou material de cônjuge ou filho com diagnóstico de câncer, deficiência ou transtorno do neurodesenvolvimento. À conduta comina-se a pena de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa, aumentada de metade se a vítima for criança, adolescente ou pessoa idosa.

A proposição estabelece que a pena será aplicada sem prejuízo das sanções civis por danos morais e materiais decorrentes do abandono e que a tentativa de conciliação judicial ou a prestação espontânea de cuidados pode atenuar a pena, a juízo do magistrado.

Inclui-se, ainda, o art. 23-A à Lei nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que consigna constituir violação dos deveres parentais o abandono de criança ou adolescente em razão de seu diagnóstico de deficiência, câncer ou transtorno do neurodesenvolvimento, sujeitando o



responsável à perda ou suspensão do poder familiar, conforme o caso, sem prejuízo das sanções cíveis e penais cabíveis.

A autora da proposição, a ilustre Deputada Carla Dickson, aponta como objetivo a proteção de pessoas que enfrentam o impacto de diagnósticos graves e se veem desamparadas pelos pais ou cônjuge. Entende haver um hiato na legislação quando o abandono se verifica em relação a um dos genitores e a responsabilidade recai inteiramente sobre o outro, em geral, a mãe.

Trata-se de proposição sob o regime de tramitação ordinário (RICD, art. 151, III), sujeita à apreciação do Plenário, distribuída para a análise deste órgão colegiado e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

O Projeto de Lei nº 2.313, de 2025, institui tipo penal específico para o abandono ou cessação injustificada do dever de cuidado e apoio afetivo ou moral a cônjuge ou filho diagnosticado com deficiência, câncer ou transtorno do neurodesenvolvimento. Na hipótese de abandono de filho menor, prevê que a conduta constitui violação dos deveres parentais, sujeitando o pai ou mãe à perda ou suspensão do poder familiar.

O objetivo da proposição é louvável, uma vez que a Constituição estatui ser dever da família, juntamente ao Estado e à sociedade, promover a proteção da criança e do adolescente, garantindo-lhes saúde, alimentação, dignidade, respeito, a convivência familiar e o seu desenvolvimento livre de negligência, opressão ou discriminação (art. 227).



A atenção dispensada pela legislação ao assunto é refletida no fato de já existirem instrumentos suficientes para a hipótese de abandono do filho que ainda não atingiu a maioridade. A Constituição preceitua que “*os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores*” (art. 229). O artigo 1.638 do Código Civil estabelece expressamente que “*perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que [...] deixar o filho em abandono*”. De outra parte, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que “*toda criança ou adolescente tem o direito de ser criado e educado no seio de sua família*” (art. 19), que “*aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores*” (art. 22), e que o descumprimento desse dever resulta na suspensão ou perda do poder familiar (art. 24).

Dessa forma, faltar com os deveres de sustento, cuidado, afeto e educação constitui ato ilícito, independentemente do agravamento da vulnerabilidade da criança ou adolescente por deficiência ou enfermidade. A lei não autoriza aos pais o abandono de filho sem deficiência ou diagnóstico de grave enfermidade. A solidariedade familiar é impositiva em qualquer caso, sendo desnecessário que o legislador se refira ao elemento subjetivo que teria motivado o pai ou a mãe a abandonar os filhos – e menos ainda que exija destes ou de qualquer autoridade o ônus ou o dever de comprová-lo para fins de suspensão ou perda do poder familiar.

É importante ressaltar que os institutos protetivos constantes do direito de família destinam-se precipuamente à proteção dos direitos da criança e do adolescente, não à punição dos pais. Dessa forma, a fixação de alimentos, a determinação do regime de guarda, a perda ou suspensão do poder familiar são questões decididas tendo como objetivo a promoção do bem-estar dos filhos, não a imposição de penalidade aos genitores ou responsáveis.

Já a proposta de criminalizar o abandono afetivo de descendente ou de cônjuge doente levanta sérias preocupações do ponto de vista jurídico, social e prático.

Embora relevante, a tentativa de transformar em crime a ausência de afeto entre pais e filhos ou entre cônjuges esbarra em diversos



obstáculos relacionados à própria natureza do Direito Penal e aos limites da intervenção estatal na esfera privada.

Em primeiro lugar, é oportuno observar que a proposta de criminalização do abandono afetivo suscita relevantes reflexões à luz dos princípios que regem o Direito Penal, em especial o da intervenção mínima. Esse princípio orienta que apenas as condutas de maior gravidade e repercussão social devem ser objeto de tipificação penal.

É inegável que o afeto representa elemento essencial para o desenvolvimento saudável da criança, do adolescente e para a harmonia conjugal. Contudo, trata-se de dimensão subjetiva da vida familiar, de difícil aferição e prova. Nesse sentido, a tentativa de enquadrar a ausência de demonstrações afetivas como ilícito penal pode gerar insegurança jurídica, dada a ausência de critérios objetivos capazes de definir com precisão o que configuraria “abandono afetivo” para fins de responsabilização criminal.

Sob o aspecto jurídico, convém destacar que o tipo penal proposto apresenta fragilidades quanto à observância do princípio da legalidade, em sua vertente da taxatividade, previsto no art. 5º, XXXIX, da Constituição Federal. A lei penal deve descrever com clareza e precisão a conduta punível, garantindo ao cidadão segurança quanto ao alcance e às consequências de seus atos. Tipificações vagas ou de difícil mensuração podem ampliar indevidamente o poder punitivo do Estado, em prejuízo da previsibilidade e da justiça das decisões.

Ademais, a imposição de uma obrigação penal de amar ou de demonstrar afeto não se coaduna com a natureza do Direito Penal, cuja função não é compelir sentimentos, mas proteger bens jurídicos concretos. Relações de afeto, por sua essência, não podem ser impostas por meio da coerção estatal, sob pena de esvaziar-se o valor genuíno do vínculo familiar.

Cumpram também registrar que o ordenamento jurídico já dispõe de instrumentos adequados para a responsabilização civil nos casos de abandono afetivo, inclusive com a possibilidade de indenização por danos morais, conforme jurisprudência consolidada. Dessa forma, a via penal mostra-



se medida de exceção, cabível apenas quando inexistirem mecanismos jurídicos suficientes para a tutela do bem jurídico lesado.

Por fim, reconhece-se que o abandono material de filho, cônjuge ou ascendente em situação de doença grave ou deficiência representa agravamento da vulnerabilidade da vítima, merecendo tratamento mais severo. Nesse sentido, o substitutivo ora apresentado contempla causa de aumento de pena para tais hipóteses, em consonância com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Ante o exposto, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 2.313, de 2025, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada CLARISSA TÉRCIO
Relatora



COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.313, DE 2025

Aumenta as penas do crime de abandono material quando a vítima for pessoa com enfermidade grave.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 244 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de aumentar as penas do crime de abandono material quando a vítima for pessoa com enfermidade grave.

Art. 2º O art. 244 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“Abandono material

Art. 244

.....

§ 2º Se a vítima da conduta descrita no *caput* for pessoa com enfermidade grave, aumentam-se as penas de 1/3 (um terço) até a metade.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada CLARISSA TÉRCIO
Relatora

